



Sindicato dos Oficiais de Justiça

NOTA

Decorridos “37 anos de Abril”, teremos em breve o XIX Governo Constitucional. Novo Governo, tal como “Ano Novo”, alimenta “novas esperanças”. Esperança essa que também nos anima, mas conhecemos as dificuldades e, até por essa razão, é importante exigirmos a transparência, rigor e objectividade que foram faltando nos últimos anos.

A Justiça, e todos o sabem, foi o alvo privilegiado de uma campanha que visou diminuí-la, tornando-a irrealizável. Propiciaram-se as condições para que os cidadãos olhassem com alguma reserva para o trabalho dos operadores judiciais e fomentou-se a crispação entre os mesmos. As férias judiciais foram, tal como havíamos afirmado, uma falsa questão que acabou por lesar o país.

Mas este Governo deixa um presente envenenado: O Mapa Judiciário, “vendido” pela eficiente máquina de propaganda do anterior Governo (com o apoio de alguns “barões” do “reino da política e do judiciário”), não trará na maioria dos casos, vantagens significativas e, conseqüentemente, deveria ser reavaliado.

Facto curioso e sintomático da “castração política” a que foi votada a Justiça, é recordar que os Secretários de Estado assumiam posições de liderança, cabendo ao mais alto responsável pela tutela a figura de “Rainha de Inglaterra”.

A DGAJ, a quem compete executar a política do Governo, serviu para se passearem vaidades e, numa mescla de incompetência, “amiguismos” e proteccionismos, hipotecou para o futuro, o normal funcionamento dos tribunais.

Mas quem assume responsabilidades tem como dever, não só de apontar os erros, mas também *reconhecer o que foi positivo* e, nesse aspecto, é importante reconhecer que a situação só não foi pior, porque o actual Director-Geral, Dr. Lima Gonçalves, com o seu rigor, isenção e empenho, *tem tido uma actuação que enobrece todos os que servem a causa pública*.

Na relação que se estabelece entre administração e sindicatos (representantes dos trabalhadores), não se exige a sintonia de posições. O que se exige é, que haja **respeito e boa-fé** para que sejam discutidas todas as propostas e, quando assim acontece, atinge-se a **dignificação** do lugar que cada um ocupa.

Ao próximo Governo exige-se que saiba assumir as suas responsabilidades e garantir a estabilidade na Justiça, para que **todos juntos consigamos dignificar o país**.

Lisboa, 2011-06-15

O Presidente da Direcção

Carlos Almeida